

LULA E FLÁVIO BOLSONARO: DUAS ÓTIMAS OPÇÕES ELEITORAIS PARA MANTER O BRASIL ESSENCIALMENTE COMO ELE É

Aldemario Araujo Castro
Advogado
Mestre em Direito
Procurador da Fazenda Nacional
Maceió, 24 de abril de 2026

Em 2025, no Brasil, as famílias, as empresas e o Poder Público pagaram cerca de 2,5 trilhões de reais de juros. Esse número (aproximado) resulta da soma de: a) 1,007 trilhão de reais pelo Poder Público; b) 1,15 trilhão de reais pelas famílias e c) 333 bilhões de reais pelas empresas (fonte: BCB. Tabelas de Estatísticas Fiscais. Março de 2026. Tabela 16 – NFSP – Juros nominais por indexador. Tabelas de Estatísticas Monetárias e de Crédito. Março de 2026. Saldos totais de créditos livres e direcionados. Taxas médias ponderadas).

Os dois “insumos” fundamentais para que a cifra trilionária fosse alcançada foram os seguintes: a) altíssimos níveis de endividamento (“Nunca houve tantos brasileiros inadimplentes nem dívidas em patamares tão elevados como agora no País. Pior: o ritmo de crescimento dos débitos já supera a inflação acumulada nos últimos dez anos” – fonte: estadao.com.br no dia 19/04/2026) e b) taxas de juros entre as maiores do mundo. Registre-se que o patamar da taxa de juros no Brasil é o “remédio” errado, notadamente quando exclusivo, para combater uma inflação que não é majoritariamente de demanda. Ademais, são enormes os custos sociais e fiscais desse caminho equivocado.

Provavelmente, esse é o maior fluxo de riquezas no âmbito da sociedade brasileira na atualidade. Todos, praticamente todos, transferem uma montanha de dinheiro (literalmente !!!) para os rentistas do sistema financeiro.

Assim como o pagamento de juros, outros mecanismos bilionários de transferência de riquezas são observados no Brasil. Entre eles, podem ser destacados: a) operações compromissadas do Banco Central; b) benefícios e renúncias fiscais; c) subsídios e d) sonegação fiscal.

Todos esses instrumentos possuem em comum as seguintes características: a) foram cuidadosamente inseridos e cristalizados na ordem jurídica em vigor, nos planos constitucional, legal e infralegal e b) foram mantidos (e alimentados) por todos os governos nos últimos 30 anos (ao menos). Independentemente das colorações partidárias, os governos Lula 3, 2 e 1, Bolsonaro, Temer, Dilma 2 e 1, FHC 2 e 1, Itamar, Fernando Collor e Sarney administraram de forma competente esses mecanismos de transferências de riquezas da imensa maioria da população para uns poucos privilegiados.

Toda sorte de assuntos ganha espaço na arena eleitoral, até indevidas questões religiosas. Muitos são temas relevantes. Outros tantos não passam de perfumarias sem qualquer importância efetiva. Sintomaticamente, os grandes instrumentos de concentração de riquezas no Brasil quase não são tratados.

Convém pontuar que a corrupção não é o maior problema do Brasil, apesar de importante. Segundo vários estudos consistentes, ela (a corrupção) alcança, no máximo, dez por cento do montante de juros pagos anualmente no Brasil. É viável afirmar, com segurança, que as grandes mazelas nacionais não decorrem da corrupção. Não é o “roubo da corrupção” que desvia os recursos necessários para o desenvolvimento socioeconômico, especialmente a superação da pobreza e das desigualdades. Aliás, a corrupção funciona como uma eficiente cortina de fumaça para mecanismos muito mais significativos, como aqueles aludidos.

O conveniente esquecimento mencionado tem consequências nefastas. Não importa o vencedor da contenda eleitoral (em especial os dois pesos pesados: Lula e Flávio Bolsonaro), os principais

instrumentos que definem o Brasil como um dos países mais desiguais e atrasados do mundo serão mantidos e eficientemente administrados.

Existem diferenças entre as duas candidaturas referidas. Elas estão localizadas, principalmente, no compromisso maior ou menor com o regime democrático, os avanços civilizatórios e a sensibilidade para implementação de políticas públicas de conteúdo popular. Mas, infelizmente, as diferenças não atingem as questões estruturais antes destacadas.

Pelo visto, continuaremos prisioneiros de uma polarização política superficial, manifestada na forma de uma verborragia estéril e paralisante. O antagonismo mais consequente, relacionado com a manutenção ou desmonte dos referidos mecanismos de transferência de riquezas e da permanência ou superação do profundo atraso socioeconômico, não estará presente no debate político-eleitoral do ano de 2026. A temperatura subirá, dentro e fora das redes sociais, em torno de assuntos como: a) costumes (ou comportamentos); b) defesa maior (ou menor) da vida; c) orientações sexuais; d) simpatias (ou repulsas) em relação a grupos criminosos e suas práticas deletérias e e) um conjunto de questões morais e pseudomorais (com a inusitada presença de enormes doses de hipocrisia).